

## **EXPLORANDO A CONEXÃO ENTRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONDIÇÕES CRÔNICAS: revisão integrativa da literatura**

### **EXPLORING THE CONNECTION BETWEEN THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS AND CHRONIC CONDITIONS: an integrative literature review**

#### **RESUMO:**

As Condições Crônicas de Saúde (CCS), como hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares e respiratórias, configuram um dos maiores desafios contemporâneos para os sistemas de saúde e para o alcance do desenvolvimento sustentável. Essas enfermidades estão intimamente relacionadas a fatores sociais, econômicos e ambientais, sendo influenciadas por determinantes sociais da saúde como renda, escolaridade, acesso a serviços e condições de vida. Nesse contexto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, propõem ações integradas para a prevenção, controle e gestão das CCS, articulando políticas públicas intersetoriais. O presente estudo teve como objetivo analisar a inter-relação entre os ODS e as CCS, destacando como sua integração pode fortalecer estratégias de promoção da saúde e equidade. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com buscas realizadas nas bases de dados PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por meio dos descritores DeCS e MeSH, utilizando operadores booleanos. A delimitação da questão de pesquisa utilizou o acrônimo PVO. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 12 estudos compuseram o corpus final da análise. Os resultados apontam que a efetividade das ações voltadas às CCS depende da articulação entre saúde, educação, meio ambiente e políticas sociais. Conclui-se que a abordagem das CCS sob a ótica dos ODS exige esforços coordenados, interdisciplinares e contínuos, capazes de integrar ações setoriais e promover maior justiça social e qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Condições Crônicas de Saúde; Doenças não transmissíveis; Políticas públicas; Determinantes sociais.

#### **ABSTRACT:**

The Sustainable Development Goals (SDGs) constitute a set of 17 global goals established by the United Nations (UN) in 2015. These goals aim to address the major challenges facing the world, such as poverty, inequality, climate change, environmental degradation, peace, and justice. The SDGs are part of the 2030 Agenda for Sustainable Development and provide an action plan to promote sustainable development in all its dimensions: social, economic, and environmental. Chronic health conditions, such as diabetes, hypertension, cardiovascular and respiratory diseases, are often associated with factors such as poor diet, lack of physical activity, tobacco and alcohol consumption, and unfavorable socioeconomic conditions. An integrated approach to the SDGs can help mitigate these risk factors. The objective of this article is to analyze the interrelationship between chronic health conditions and the SDGs. This is an integrative review, and Health Sciences Descriptors (DeCS) and Medical Subject Headings (MeSH) were applied in the databases of the Virtual Health Library (VHL) and PubMed. Twenty studies were identified in the data search strategy conducted. After applying inclusion and exclusion criteria, 12 articles were included. Addressing the challenges related to Chronic Health Conditions (CHC) in the context of the Sustainable Development Goals (SDGs) goes beyond the health sphere, requiring an integrated approach that considers not only medical aspects but also the social determinants of health. Only with coordinated and multidimensional action will it be possible to achieve the SDGs and ensure health and well-being for all.

**Keywords:** Sustainable Development Goals (SDGs); Chronic Health Conditions; non-communicable diseases; public policies; social determinants.

## **ARTIGO**

**Ana Paula Gonçalves Pinculini<sup>1</sup>**  
Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe –  
UNIARP  
E-mail: [anapaulapinculini@hotmail.com](mailto:anapaulapinculini@hotmail.com)

Editor deste número:  
Dr. João Batista Lopes da Silva  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
e-mail: [revistaedu@unemat.br](mailto:revistaedu@unemat.br)



## 1 INTRODUÇÃO

Em 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nova York, foi lançada a Agenda 2030. Seu principal objetivo é reduzir a fome e a pobreza, minimizar os efeitos das mudanças climáticas e promover maior igualdade e qualidade de vida para as pessoas. A Agenda 2030, construída a partir dos antigos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses objetivos estão interconectados e acompanhados por metas e indicadores para orientar e monitorar o progresso em direção a um desenvolvimento sustentável até 2030 (Peretti; Bernardi; Machado, 2024).

A inter-relação entre as Condições Crônicas de Saúde (CCS) e os ODS é intrínseca e multifacetada, refletindo a complexidade dos desafios contemporâneos em saúde pública. Estabelecidos em 2015 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, os 17 ODS visam enfrentar, de forma integrada, os principais problemas globais, como desigualdade, mudanças climáticas, segurança alimentar, acesso à educação e saúde universal (Menezes, 2019). Dentre eles, destaca-se o ODS 3 – “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” – que assume papel central no enfrentamento das CCS. Esse objetivo abrange a redução da mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio da prevenção, diagnóstico precoce, promoção da saúde e acesso a tratamentos eficazes. No Brasil, tem sido implementado diversas estratégias alinhadas a essa meta, como a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF) e a ampliação do cuidado longitudinal e multidisciplinar aos portadores de CCS, com foco na integralidade do cuidado. Além disso, programas como o HIPERDIA e as Linhas de Cuidado para doenças crônicas (como hipertensão, diabetes e doenças respiratórias crônicas) são exemplos concretos de ações estatais voltadas à prevenção e ao controle dessas enfermidades, contribuindo para a promoção da saúde e o bem-estar da população brasileira, em consonância com os compromissos internacionais assumidos nos ODS (Brasil, 2019).

No cenário global contemporâneo, as Condições Crônicas de Saúde (CCS), especialmente as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), constituem um dos maiores desafios para os sistemas de saúde e para o desenvolvimento sustentável. Estima-se que as DCNT sejam responsáveis por cerca de 41 milhões de mortes anuais, o que representa aproximadamente 71% de todas as mortes no mundo, com maior prevalência entre doenças cardiovasculares, câncer, doenças respiratórias crônicas e diabetes (WHO, 2023). Este panorama assume contornos ainda mais críticos em países de baixa e média renda, onde ocorrem cerca de 76% dessas mortes, evidenciando profundas desigualdades no acesso à prevenção, diagnóstico precoce e tratamento (Marmot; Bell, 2019). No contexto brasileiro, esse cenário reflete-se em elevada carga de mortalidade prematura e perda de anos de vida produtiva, principalmente em populações vulnerabilizadas, como apontam dados recentes do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das DCNT 2021–2030 (Brasil, 2021). Essa realidade demonstra que o enfrentamento das CCS deve ser prioritário nas agendas de saúde pública e requer articulação intersetorial e estratégias sustentadas, alinhadas às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar (Malta *et al.*, 2021; WHO, 2023).

Entretanto, a compreensão dos ODS no contexto das CCS vai além da esfera da saúde. As CCS são influenciadas por uma gama de determinantes sociais, tais como educação, ocupação, renda, gênero e etnia. Esses fatores criam desigualdades socioeconômicas que se manifestam em disparidades na incidência e no impacto das CCS. Tais desigualdades estão profundamente enraizadas nas estruturas sociais, exigindo abordagens que transcendam a assistência médica tradicional, focando na intersecção dos determinantes sociais da saúde (DSS) e nas políticas públicas (Marmot; Bell, 2019).

No Brasil, a realidade das CCS é particularmente desafiadora. As doenças cardiovasculares, diabetes, neoplasias e doenças respiratórias crônicas constituem uma proporção significativa das doenças. Fatores como o envelhecimento da população, o aumento de comportamentos de risco modificáveis (como excesso de peso e consumo excessivo de álcool) e desigualdades socioeconômicas contribuem para o aumento dos casos de CCS no país (Malta *et al.*, 2022; Silva *et al.*, 2023). Além disso, a prevalência de depressão entre pessoas com CCS é consideravelmente maior do que na população em geral, o que exacerba

ainda mais a complexidade da gestão dessas condições (Anwar *et al.*, 2017).

Diante do contexto apresentado, este estudo tem como objetivo principal analisar a inter-relação entre as condições crônicas de saúde, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assim como identificar as metas dos ODS relacionados às condições crônicas de saúde, destacando como a integração das metas dos ODS pode melhorar a prevenção, o tratamento e a gestão dessas condições.

Esta análise permitirá compreender os desafios e áreas de melhorias no sistema de saúde, contribuindo para aprimorar a implementação das metas de desenvolvimento sustentável neste contexto específico. Essa perspectiva permitirá compreender as inter-relações entre as variáveis envolvidas, contribuindo na formulação de recomendações estratégicas para otimizar a eficácia das práticas de saúde, avançando assim em direção aos ODS.

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL). De acordo com Dantas *et al.* (2022), a RIL tem como finalidade reunir conhecimentos disponíveis sobre um tema definido, de forma extensa, contribuindo a proximidade com o objeto de estudo.

Com o intuito de discriminação detalhada e clarificação deste trabalho, foi realizado seguindo os seis passos de um estudo de revisão integrativa, descrito por Souza *et al.* (2010): 1) elaboração da pergunta que guiou a revisão integrativa, 2) busca na literatura de estudos primários relacionados a temática, problema da pesquisa conceituando melhor a temática, 3) coleta de dados relacionados para contextualizar melhor os estudos observados, 4) avaliação dos estudos coletados primariamente incluindo-os ou excluindo-os este estudo de revisão através dos critérios de elegibilidades adotados, 5) discussão dos principais achados das buscas na literatura científica e 6) a apresentação final do estudo, contextualizando os novos resultados científicos.

Diante dessa contextualização e reconhecendo a importância da integração entre as Condições Crônicas de Saúde (CCS) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no contexto brasileiro, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: *Como as condições crônicas de saúde estão relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?* A escolha do Brasil como foco central deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender como o país tem estruturado políticas públicas e estratégias para enfrentar as CCS em consonância com os compromissos assumidos na Agenda 2030. Para responder à questão proposta, foi realizada uma coleta de dados estruturada entre os dias 03 e 10 de julho de 2024, utilizando busca avançada nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed. Foram empregados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e o Medical Subject Headings (MeSH), articulados por meio dos operadores booleanos “AND” e “OR”, com o objetivo de refinar os resultados e garantir maior precisão na seleção dos estudos pertinentes à temática investigada.

Tendo essa problemática idealizada, para delimitação da temática dos estudos que foram pesquisados nas bases de dados, utilizou-se do acrônimo PVO, onde o P = População, V = a variável do estudo e O = o desfecho que se buscava evidenciar (Quadro 1).

Quadro 1 – Acrônimo PVO para delimitação da estratégia de busca nas bases de dados

Sigla	Significado	Descrição
P	População	Indivíduos com condições crônicas <b>Descritores:</b> condição crônica / doença não transmissível
V	Variáveis	Fatores relacionados a condições crônicas Objetivo de desenvolvimento sustentável <b>Descritores:</b> Acesso ao serviço de saúde /desenvolvimento sustentável / ODS / condições crônicas
O	Desfecho	Analisa a inter-relação das condições crônicas de saúde e os objetivos de desenvolvimento sustentável <b>Descritores:</b> determinantes sociais / doenças não transmissíveis / Atenção primária à saúde / desigualdades

Fonte: Elaboração própria.

Não estiveram incluídos neste estudo, estudo do tipo de relatos de caso e experiências, anais de eventos, cartas para o editor, documentos editoriais, teses e dissertações de mestrado ou doutorado, estudos piloto, estudos incompletos ou indisponíveis. O processo de seleção dos estudos foi realizado através da leitura minuciosa de títulos e resumos, seguindo os critérios de seleção previamente estabelecidos. Para a definição dos critérios de inclusão foram considerados no processo de busca apenas artigos originais, na íntegra, publicados nas línguas inglesa e portuguesa, em um recorte temporal de 5 anos (2019-2024). Sendo que os estudos deveriam estar relacionados à temática proposta. Foram identificados 20 estudos na estratégia de busca de dados realizada. Após aplicados os critérios de inclusão e exclusão, foram incluídos nesse estudo 12 artigos, para o desenvolvimento de organização e seleção de estudos, tal como a extração de duplicatas, os dados foram apresentados de forma estruturada em tabela.

### 3 RESULTADOS

Tabela 1 – Tabulação dos estudos incluídos por intermédio dos critérios de elegibilidade

Autor/ ano de publicação	Título	Principais resultados obtidos	Desfecho do estudo
Feliciano et al. (2023)	Associação entre a mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis e o Índice Desenvolvimento Humano no Brasil entre 1980 e 2019	Análise da associação entre mortalidade por doenças não transmissíveis e indicadores socioeconômicos no Brasil de 1980 a 2019.	A diminuição observada na mortalidade por doenças cardiovasculares pode refletir melhorias nos indicadores socioeconômicos do Brasil durante este período. O aumento da mortalidade neoplásica provavelmente está relacionado ao envelhecimento da população. O aumento da mortalidade por diabetes parece estar associado ao aumento das taxas de obesidade entre as mulheres brasileiras.

Tabela 2 – Tabulação dos estudos incluídos por intermédio dos critérios de elegibilidade

(continuação)

Autor/ ano de publicação	Título	Principais resultados obtidos	Desfecho do estudo
Harzheim et al. (2020)	Novo financiamento para uma nova Atenção Primária à Saúde no Brasil.	Iniciar um debate sobre a nova política de financiamento para Atenção Primária à Saúde no Brasil.	Nota-se que a proposta de financiamento traz a APS brasileira para o século XXI, aponta para o fortalecimento das características da APS e corporiza o princípio da universalidade.
Marmot e Bell (2019)	Determinantes sociais e doenças não transmissíveis: tempo para uma ação integrada	Nos países de rendimento médio, cada vez mais evidências mostram que as DNT seguem o mesmo gradiente, com maior risco entre pessoas de estatuto socioeconômico mais baixo.	As evidências globais sugerem que os determinantes sociais da saúde são responsáveis por uma parte importante da distribuição da incapacidade e da mortalidade por DNT.
Malta et al. (2021)	Desigualdades socioeconômicas relacionadas às doenças crônicas não transmissíveis e suas limitações: Pesquisa Nacional de Saúde, 2019	47,6% da população relatou ter pelo menos uma doença crônica não transmissível. As doenças crônicas não transmissíveis aumentaram progressivamente com a idade e foram mais prevalentes nas mulheres, nos indivíduos pretos ou pardos, analfabetos ou com ensino fundamental incompleto, nos moradores das regiões Sudeste e Sul e entre os indivíduos que não possuem plano de saúde privado. Para a maioria das doenças crônicas não transmissíveis investigadas, a maior prevalência do relato de limitação esteve entre aqueles com baixa escolaridade e sem plano de saúde	Adultos com menor escolaridade e sem planos de saúde privados apresentam maior prevalência de doenças crônicas não transmissíveis e maior grau de limitação. É importante avaliar os indicadores de saúde ante as diferentes populações e desigualdades, a fim de diagnosticar e monitorar as iniquidades em saúde
Menezes (2019)	Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as relações internacionais.	Os capítulos apresentam a situação atual e debates sobre como as questões centrais da Agenda 2030 foram abordadas por pesquisadores, organizações não governamentais e organizações internacionais.	Os capítulos deste livro detalham cada uma das 17 metas e seus objetivos, bem como reflexões sobre os temas da agenda e as contribuições e o diálogo que construirão as relações internacionais

Tabela 2 – Tabulação dos estudos incluídos por intermédio dos critérios de elegibilidade

(continuação)

Autor/ ano de publicação	Título	Principais resultados obtidos	Desfecho do estudo
Miranda et al. (2023)	Desigualdades de saúde no Brasil: proposta de priorização para alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	Desenvolver um índice de priorização para aceleração do cumprimento das metas nacionais de saúde propostas pela Agenda 2030. O índice incorporou 25 indicadores com proximidade analítica aos indicadores oficiais da Agenda 2030, para os quais existem dados de fontes públicas no nível municipal para o período de 2015 a 2019	Os resultados permitiram identificar que a Região Norte do país apresenta os territórios mais vulneráveis e, portanto, prioritários para a alocação de recursos. Além disso, a análise dos subíndices permitiu destacar os gargalos locais de saúde, reforçando a necessidade de os municípios de cada região estabelecerem suas próprias prioridades na decisão de alocação dos recursos da saúde.
Monteiro (2020)	Indicadores de monitorização e desempenho nas unidades de saúde familiar e os objetivos do desenvolvimento sustentável na saúde (ODS 3): uma análise comparada em Portugal no período de 2013-2018	Análise que foi utilizado um estudo de caso instrumental. Este tipo de estudo de caso oferece a oportunidade de aprender sobre os acontecimentos. Analisou 13 indicadores, comparando ao longo do tempo, os resultados obtidos pela tipologia de unidades de saúde existentes em Portugal:	Os resultados demonstrados são discrepantes, quando se comparam as USF e as UCSP e podem contribuir para o aprofundamento das desigualdades de acesso. Este é um problema que se relaciona com a governação clínica e não com o modelo de unidade de saúde. O empoderamento das coordenações e a melhoria de eficácia da gestão intermédia é aqui fundamental.
OPAS (2023)	Atenção primária à saúde: o que é atenção primária à saúde? O que é atenção primária à saúde?	Relatar a importância da atenção primária	Os cuidados de saúde primários são uma forma altamente eficaz e eficiente de abordar as causas profundas da saúde e do bem-estar precários e de enfrentar os desafios emergentes que ameaçam a saúde e o bem-estar futuros.

Tabela 2 – Tabulação dos estudos incluídos por intermédio dos critérios de elegibilidade  
(conclusão)

Autor/ ano de publicação	Título	Principais objetivos	Desfecho do estudo
Silva, Xavier e Rocha (2020)	Do global ao local: desafios para redução de riscos à saúde relacionados com mudanças climáticas, desastre e emergências em saúde pública	Objetivou apresentar os principais desafios para a redução de riscos à saúde relacionados com as mudanças do clima, desastres e emergências em saúde pública.	Apresentou os principais acordos globais relacionados e as necessidades de ampliação do Sistema Nacional de Redução de Riscos à Saúde visando fortalecer as ações necessárias, a fim de obter resposta adequada aos fatores de risco apresentados. Para tanto, apresentam-se seis recomendações necessárias à elaboração desse sistema.
Silva et al. (2022)	Estratégias para atenção às pessoas com diabetes	Análise das tendências temporais de morbidade, risco de doenças crônicas não transmissíveis e fatores de proteção entre idosos residentes na capital brasileira no período de 2006 a 2021	Ao longo dos anos houve mudanças e piora dos indicadores analisados, como aumento de diabetes, do consumo de álcool, do excesso de peso e da obesidade, o que reforça a importância do monitoramento contínuo e da sustentabilidade de programas de promoção da saúde, especialmente no contexto de crise econômica, austeridade e pandemia decorrente da COVID-19.
Soeiro Barbosa et al. (2025)	Declaração de São Paulo sobre saúde única: o caminho do Brasil para enfrentar os desafios intersetoriais da saúde	Evidenciar a relevância da Declaração de São Paulo no fortalecimento da estratégia de Saúde Única no Brasil e na promoção de ações integradas para enfrentar desafios interligados da saúde humana, animal e ambiental.	A Declaração de São Paulo sobre Saúde Única marca um avanço importante no Brasil, ao reforçar a necessidade de ações intersetoriais para fortalecer o sistema de saúde e enfrentar desafios como mudanças climáticas, zoonoses e degradação ambiental.
Souza e Cunha (2022)	Previne Brasil: o desempenho dos municípios de Santa Catarina	Avaliar os resultados alcançados pelo Previne Brasil em comparação com a cobertura populacional estimada pela equipe da estratégia saúde da família do município de Santa Catarina	O estudo mostrou que as comunidades que melhor atenderam aos indicadores foram aquelas que contemplavam 100 estratégias de saúde da família e tinham população de até 50 mil pessoas.

Fonte: Elaboração própria.

### 3 DISCUSSÃO

A relação entre as Condições Crônicas de Saúde (CCS) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reveste-se de profunda complexidade, evidenciando que determinantes sociais, ambientais e econômicos interagem de forma interdependente na configuração dos padrões de prevalência, distribuição e gestão dessas condições.

No Brasil, essa interdependência tem impulsionado a adoção de abordagens intersetoriais nas políticas públicas de saúde, reconhecendo que a superação dos problemas de saúde demanda articulação com setores como educação, assistência social, meio ambiente e desenvolvimento urbano (Brasil, 2021). Nesse sentido, documentos como o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis 2021–2030 e a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) reforçam a importância da atuação integrada

para enfrentar os múltiplos determinantes das CCS. Além disso, iniciativas recentes como a Declaração de São Paulo sobre *One Health* destacam a necessidade de integrar ações em saúde humana, animal e ambiental, favorecendo políticas públicas mais abrangentes e alinhadas às metas da Agenda 2030 (Soeiro-Barbosa *et al.*, 2025).

Os 17 ODS, promulgados pela ONU em 2015, conformam uma agenda global de transformação que abrange áreas como saúde, educação, equidade, meio ambiente e economia sustentável (Menezes, 2019; Malta *et al.*, 2022). Nesse contexto, o ODS 3 – “Saúde e Bem-Estar” destaca-se por articular metas voltadas à prevenção e controle das CCS, propondo a redução da mortalidade prematura por doenças não transmissíveis, ampliação do acesso ao cuidado e promoção do bem-estar em todas as idades. Observa-se que, para alcançar essas metas de forma eficaz, é imprescindível o fortalecimento de ações intersetoriais alinhadas aos pilares da saúde pública moderna (OMS, 2021).

Entretanto, compreender os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto das Condições Crônicas de Saúde (CCS) exige uma abordagem ampla, que transcenda a dimensão biomédica tradicional. As CCS são fortemente influenciadas pelos determinantes sociais da saúde (DSS) — como escolaridade, ocupação, renda, gênero, raça/cor e condições de moradia — que moldam padrões desiguais de risco, acesso ao cuidado e desfechos em saúde (WHO, 2021). Essas desigualdades estruturais se refletem em disparidades na incidência, no manejo e nas consequências das CCS, sobretudo em populações historicamente vulnerabilizadas. Estudos recentes no Brasil evidenciam que a multimorbidade afeta com maior intensidade indivíduos com menor nível socioeconômico e pertencentes a grupos raciais discriminados, revelando um padrão de iniquidade persistente (Oliveira *et al.*, 2024). Assim, a superação dos impactos das CCS no país exige ações integradas e intersetoriais, alinhadas ao marco da promoção da equidade em saúde, como preconiza o ODS 3. Nesse sentido, o *Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil 2021–2030* destaca a importância de integrar políticas públicas de saúde, educação, trabalho e assistência social como estratégia fundamental para a redução das desigualdades em saúde e o avanço em direção aos objetivos da Agenda 2030 (Brasil, 2021).

Além das ações diretas em saúde, é crucial reconhecer a importância dos determinantes sociais das CCS. Conforme destacado por Marmot e Bell (2019), as desigualdades nas condições sociais vividas desde o nascimento têm efeitos duradouros que contribuem para o desenvolvimento das CCS. Portanto, intervenções que visam melhorar a educação na primeira infância, as condições de trabalho e emprego e a redução da pobreza são essenciais para prevenir a emergência e agravamento das CCS.

Dessa forma, os ODS como “Redução da Pobreza” (ODS 1) e “Trabalho Decente e Crescimento Econômico” (ODS 8) são intimamente ligados à questão das CCS. A pobreza e a falta de acesso a empregos decentes podem levar a condições de vida que favorecem o surgimento ou agravamento de doenças crônicas. Por exemplo, indivíduos em situação de pobreza podem ter mais dificuldades em acessar alimentos saudáveis, serviços de saúde de qualidade ou, até mesmo, em manter um estilo de vida ativo, contribuindo para o aumento de fatores de risco para CCS, como obesidade e diabetes (Malta *et al.*, 2021).

Além disso, a “Redução das Desigualdades” (ODS 10) é essencial para abordar as disparidades socioeconômicas que afetam o acesso e a qualidade dos cuidados de saúde. Em muitos países, incluindo o Brasil, pessoas com menor nível socioeconômico enfrentam maiores desafios no acesso a serviços de saúde de qualidade, o que pode resultar em diagnósticos tardios e tratamentos menos eficazes para as CCS (Feliciano *et al.*, 2023).

A relação entre as CCS e os ODS é ainda mais complexa quando se considera a interconexão entre saúde e outros aspectos sociais e ambientais. Por exemplo, os ODS relacionados ao “Meio Ambiente”, como “Água Potável e Saneamento” (ODS 6) e “Ação Contra a Mudança Global do Clima” (ODS 13), são fundamentais para a saúde pública. A qualidade do ar, a disponibilidade de água potável e um ambiente saudável têm um impacto direto na incidência e gestão das CCS. Poluição e mudanças climáticas, por exemplo, estão associadas a um aumento nas doenças respiratórias crônicas, uma das principais categorias de CCS (Silva *et al.*, 2020).

Paralelamente, a “Educação de Qualidade” (ODS 4) e a “Igualdade de Gênero” (ODS 5) também desempenham papéis críticos. Uma maior educação está ligada a uma melhor compreensão dos fatores de risco para as CCS e a uma maior capacidade de adotar comportamentos saudáveis. Ademais, abordar a igualdade de gênero pode ajudar a mitigar as

diferenças na incidência e tratamento das CCS entre homens e mulheres, como observado nas taxas de diabetes mellitus e doenças cardiovasculares (Feliciano *et al.*, 2023).

O papel da educação, por exemplo, é fundamental neste contexto. As disparidades na educação impactam diretamente na saúde, influenciando o comportamento individual e o acesso a informações sobre saúde. Iniciativas que visam aumentar a conscientização sobre CCS e promover hábitos saudáveis devem ser intensificadas, especialmente em comunidades carentes, onde o risco de desenvolver essas condições é maior (Marmot; Bell, 2019).

O Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil, um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, desempenha um papel fundamental na atenção às CCS. A Atenção Primária à Saúde (APS), como o primeiro ponto de contato, é crucial para o manejo efetivo das CCS. Oferece atendimento abrangente e baseado na comunidade, capaz de atender a grande parte das necessidades de saúde ao longo da vida de uma pessoa (OPAS, 2023).

Contudo, para alinhar plenamente o sistema de saúde brasileiro aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao ODS 3 – “Saúde e Bem-Estar” –, são necessárias ações concretas, intersetoriais e sustentadas por políticas públicas robustas. Nesse sentido, destaca-se o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil – 2021 a 2030, que visa reduzir a mortalidade prematura e melhorar a qualidade de vida da população por meio da promoção da saúde, vigilância, prevenção e atenção integral às CCS (Brasil, 2021). O plano reforça a necessidade de intervenções que considerem os determinantes sociais da saúde e a integração das ações nos diferentes níveis de atenção.

Complementarmente, o programa Previne Brasil, implementado pelo Ministério da Saúde em 2019, representa um avanço no financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS), ao estabelecer critérios de captação ponderada, pagamento por desempenho e incentivo para ações estratégicas, com o objetivo de colocar o usuário no centro do cuidado e promover maior responsabilidade sanitária dos gestores e equipes (Harzheim *et al.*, 2020). Tais políticas sinalizam um esforço do Estado brasileiro em reorientar o sistema de saúde para um modelo mais resolutivo, equitativo e alinhado às metas globais da Agenda 2030.

Entretanto, os desafios permanecem, particularmente nos municípios maiores de Santa Catarina, onde a cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF) e o cumprimento dos indicadores do Programa Previne Brasil variam consideravelmente. A pesquisa de Souza e Cunha (2022) ressalta a importância da cobertura de ESF para alcançar as metas desse programa, mas também indica que essa cobertura por si só não é suficiente nos municípios com maior porte populacional. Isso sugere a necessidade de estratégias diferenciadas e adaptadas às realidades locais, que possam efetivamente abordar as CCS dentro do contexto mais amplo dos ODS.

Além disso, a igualdade de acesso aos serviços de saúde é um aspecto crucial para reduzir as desigualdades em saúde. As políticas públicas devem garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua situação socioeconômica, tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade. Isso inclui a expansão da cobertura da ESF e a implementação de modelos de atenção à saúde que sejam inclusivos e adaptados às necessidades locais (Harzheim *et al.*, 2020).

Outro aspecto importante é a integração das ações de saúde com outras políticas públicas, como as de habitação, transporte e urbanismo. Isso é particularmente relevante para os ODS relacionados ao "Meio Ambiente" e "Cidades e Comunidades Sustentáveis". Ambientes urbanos saudáveis e sustentáveis podem contribuir significativamente para a prevenção das CCS, oferecendo espaços para atividades físicas, reduzindo a poluição e garantindo acesso a alimentos saudáveis (Menezes, 2019).

Assim, os determinantes sociais da saúde estão relacionados às condições em que uma pessoa vive e trabalha, incluindo fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a saúde e o bem-estar das populações. É fundamental compreender esses determinantes para definir prioridades, diretrizes e políticas de saúde eficazes (Miranda *et al.*, 2023).

Portanto, a ênfase nos determinantes sociais justifica a focalização em políticas multisectoriais e destaca a importância do empoderamento social na implementação de iniciativas para a promoção da saúde, tanto em nível estrutural quanto local. Compromissos e investimentos multisectoriais são essenciais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à saúde para todas as populações (Monteiro, 2020).

## 5 CONCLUSÃO

O desafio de alinhar as estratégias de saúde relacionadas às CCS com os ODS, requer um compromisso contínuo e a colaboração de múltiplos atores, incluindo o governo, o setor privado, a sociedade civil e as comunidades locais. É essencial que as políticas de saúde sejam baseadas em evidências e adaptadas às realidades locais. Além disso, é importante que haja um monitoramento e avaliação contínuos dos progressos realizados, permitindo ajustes nas estratégias conforme necessário.

Em conclusão, o desafio de trabalhar com as CCS dentro do contexto dos ODS é complexo e requer uma abordagem integrada que considere tanto os aspectos médicos quanto os determinantes sociais da saúde. Somente através de uma ação coordenada e multidimensional será possível alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável e garantir uma vida saudável e bem-estar para toda a população.

## REFERÊNCIAS

- ANWAR, N.; KUPPILI, P. P.; BALHARA, Y. P. S. Depression and physical noncommunicable diseases: the need for an integrated approach. **WHO South-East Asia journal of public health**, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 12-17, abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.4103/2224-3151.206158>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28597853/>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS**. Revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_promocao\\_saude\\_4ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_4ed.pdf). Acesso em: 10 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil 2021-2030**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/dant/2021/plano-dcnt-2021-2030>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2022**. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- DANTAS, H. L. de L.; COSTA, C. R. B.; COSTA, L. de M. C.; LÚCIO, I. M. L.; COMASSETTO, I. Como elaborar uma revisão integrativa: sistematização do método científico. **Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem**, [s.l.], v. 12, n. 37, p. 334-345, mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.24276/rrecien2022.12.37.334-345>. Disponível em: <https://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/575>. Acesso em: 01 jun. 2024.
- DRAEGER, V. M.; ANDRADE, S. R. de; MEIRELLES, B. H. S.; CECHINEL-PEITER, C. Práticas do enfermeiro no monitoramento das doenças crônicas não transmissíveis na atenção primária à saúde. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 1-9, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0353pt>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/jWV9kWLz73rpB48MlwqVSDzd/>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- FELICIANO, S. C. C.; VILLELA, P. B.; OLIVEIRA, G. M. M. Associação entre a mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis e o índice de desenvolvimento humano no Brasil entre 1980 e 2019. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, São Paulo, v. 120, n. 4, p. 1-10, 2023. DOI: <https://doi.org/10.36660/abc.20211009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abc/a/YbbkGvFjdCgXVZdpn9SCzQb/?lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- HARZHEIM, E. et al. Novo financiamento para uma nova Atenção Primária à Saúde no Brasil.

**Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1361-1374, mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020254.35062019>. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25n4/1361-1374/pt/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

MALTA, D. C.; BERNAL, R. T. I.; LIMA, M. G.; SILVA, A. G. da; SZWARCWALD, C. L.; BARROS, M. B. de A. Socioeconomic inequalities related to noncommunicable diseases and their limitations: national health survey, 2019. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 1-13, dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720210011.supl.2>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/ZRMgDg8DVvCKmkQC44WB7nH/>. Acesso em: 10 maio 2023.

MALTA, D. C. et al. Monitoramento das metas dos planos de enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013 e 2019. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 31, n. spe1, p. 1-17, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/SS2237-9622202200008.especial>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/rncnc4St7J6tBNpMGd45YRF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 maio 2023.

MARMOT, M.; BELL, R. Social determinants and noncommunicable diseases: time for integrated action. **BMJ**, [s.l.], v. 365, n. Suppl1, p. 10-12, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.l251>. Disponível em: <https://www.bmjjournals.org/content/364/bmj.l251>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MENEZES, H. Z. **Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as relações internacionais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019, 310 p.

MIRANDA, W. D. de; SILVA, G. D. M. da; FERNANDES, L. da M. M.; SILVEIRA, F.; SOUSA, R. P. de. Desigualdades de saúde no Brasil: proposta de priorização para alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 1-18, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT119022>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ZhvTDQQn6nxxDyKjFWDWQ8g/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MONTEIRO, B. R. Indicadores de monitorização e desempenho nas unidades de saúde familiar e os objetivos do desenvolvimento sustentável na saúde (ODS 3): uma análise comparada em Portugal no período de 2013-2018. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1221-1232, mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020254.31422019>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MJHfV8rxXRPPDPxGDkRysFw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2024.

OLIVEIRA, F. E. G. et al. **Racial inequalities in the development of multimorbidity of chronic conditions: results from a Brazilian prospective cohort**. *International Journal for Equity in Health*, v. 23, art. 120, 2024. Disponível em: <https://equityhealthj.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12939-024-02201-8>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Health-related SDG indicators update*, 2021.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Atenção primária à saúde**: o que é atenção primária à saúde? 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/atencao-primaria-saude>. Acesso em: 17 out. 2023.

PERETTI, F. M.; BERNARDI, R. J.; MACHADO, N. S. Análise da aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em municípios de Santa Catarina, com vistas ao cumprimento da Agenda 2030 da ONU. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas, v. 14, p. 278-299, maio 2024. DOI: <https://doi.org/10.24302/drdrd.v14.5331>. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drdrd/article/view/5331>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SILVA, M. A. da; XAVIER, D. R.; ROCHA, V. Do global ao local: desafios para redução de riscos à saúde relacionados com mudanças climáticas, desastre e emergências em saúde pública. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 48-68, jul. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042020e204>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Qg4X46KCHTchmtkXd4FkZLb/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SILVA, A. G.; ANDRADE, F. M. D. de; RIBEIRO, E. G.; MALTA, D. C. Tendências temporais de morbidades e fatores de risco e de proteção para doenças crônicas não transmissíveis em pessoas idosas residentes nas capitais brasileiras. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 26, n. Suppl 1, p. 1-11, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720230009.supl.1.1>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/NSYz3CNjDF44hCcrsS6sbwK/?lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2023.

SILVA, A. M. et al. Avaliação e tratamento de feridas em pessoas com diabetes. In: ARRUDA, C. et al. **Módulo 11 - Estratégias para atenção às pessoas com Diabetes**. [s.l.]: 2022. cap. 3. p. 49-65.

**SOEIRO-BARBOSA, D.; CARNEIRO, L. A.; CARVALHO, A. A. B.; et al.** A Declaração de São Paulo sobre Saúde Única: o caminho do Brasil para enfrentar os desafios intersetoriais da saúde. **One Health Outlook**, [S.I.], v. 7, art. 34, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s42522-025-00157->. Acesso em: 14 jul. 2025.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBKVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=pt&%3A~%3Atext=A>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SOUZA, S. da S.; CUNHA, A. C. da. Previne Brasil: o desempenho dos municípios de Santa Catarina. **Periódicos PUC Minas**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 17-33, nov. 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/enfermagemrevista/article/download/25453/20199>. Acesso em 11 jul. 2024.

**WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Social determinants of health.** Geneva: WHO, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/social-determinants-of-health>. Acesso em: 14 jul. 2025.

i Sobre os autores:

**Ana Paula Gonçalves Pinculini** (<https://orcid.org/0000-0002-6720-0811>)

Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialização em Auditoria e Mecanismos em Regulação em Saúde (Fundação Educacional Lucas Machado. Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. Instituto de Pesquisa e Pós Graduação Ciências Médicas). Especialização em Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas Não-Transmissíveis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Aprimoramento em Processos Educacionais e Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizado (UNIARP). Graduada em Bacharel em Enfermagem pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Atualmente sou docente e orientadora de estágios de ensino superior pela Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe Campus de Caçador com os cursos de Medicina, Enfermagem e demais cursos da saúde.

#### Como citar este artigo:

PINCULINI., Ana Paula Gonçalves. Explorando a conexão entre os objetivos de desenvolvimento sustentável e condições crônicas: revisão integrativa da literatura. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**. vol. 15, n. 2, p. 159-170, 33ª Edição, 2025. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs>.

---

**Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

**Indexadores:** DOAJ – REDIB – LATININDEX – LATINREV – DIADORIM –SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR